

CAPÍTULO 1

Os comunistas e a questão dos países coloniais e semicoloniais

Michel Goulart da Silva

doi 10.56365/g65m1706

Entre novembro e dezembro de 1922, a Internacional Comunista (IC) realizou seu 4º congresso, marcado por uma série de debates que giravam em torno das mudanças na conjuntura mundial e das diferentes formas da aplicação da tática de frente única, além da questão negra, mulheres, educação, entre outros. Outro tema de grande relevância discutido no congresso foi a questão dos países coloniais e semicoloniais, diante do processo de organização dos comunistas que vinha se desenvolvendo na Ásia e na África. Seriam indício da modificação na base social do movimento revolucionário desses países, segundo resolução da IC:

> Os seguintes fatos o demonstram: 1º) o fracasso do tratado de Sevres, que tinha por objetivo o desmembramento da Turquia e a restauração da autonomia nacional e política desta; 2º) um forte recrudescimento do movimento nacionalista e revolucionário na Índia, na Mesopotâmia, no Egito, em Marrocos, na China e na Coréia; 3º) a crise interna sem saída em que o imperialismo japonês está comprometido, crise que provocou o rápido incremento dos elementos da revolução democrático-burguesa e a passagem do proletariado japonês para uma luta de classes autônoma; 4º) o despertar do movimento operário em todos os países orientais e a formação de partidos comunistas em quase todos esses países (Internacional Comunista, 1977, p. 223).

De forma mais ampla, esse congresso esteve marcado pela análise do refluxo na onda revolucionária que havia marcado a conjuntura posterior à Revolução Russa e que havia sido o principal impulso para a construção na própria IC. Foram derrotadas as revoluções na Alemanha e na Hungria, em 1919, e outras lutas não chegaram a ameaçar o poder da burguesia, como o processo travado na Itália. Esses processos foram derrotados devido, em grande medida, ao peso político das organizações operárias reformistas e, também, pela debilidade política e organizativa dos próprios comunistas.

O congresso da IC observa que, apesar dos limites políticos das direções reformistas, os partidos oriundos da Segundo Internacional ainda mantinham forte presença política em diferentes países, inclusive onde tinham abertamente se posicionado contra a revolução, como na Alemanha. Por outro lado, diante do refluxo do movimento revolucionário, os capitalistas avançaram em sua ofensiva, materializado, entre outros processos, no Putsch-Kapp, em março de 1920, na Alemanha, e na própria marcha sobre Roma organizada pelos fascistas, em 28 de outubro de 1922. Em sua resolução, a IC assim caracterizou a situação:

> [...] sob impacto do ataque capitalista em curso, uma espontânea demanda pela unidade despertou entre os trabalhadores, que literalmente não pode ser contida. Essa demanda é acompanhada de um crescimento gradual da confiança entre amplos setores das massas trabalhadoras em relação aos comunistas (Internacional Comunista, 1977, p. 191-192).

Esse foi o contexto no qual a IC propôs a tática da frente única, chamando à unidade os demais partidos operários

e até mesmo as organizações internacionais, em torno de um programa mínimo de interesse dos trabalhadores. Na resolução sobre frente única, a IC apontava que "setores significativos da classe trabalhadora que pertencem a velhos partidos sociais-democratas não mais estão felizes com a campanha centrista e social-democrática contra a vanguarda comunista" (Internacional Comunista, 1977, p. 192). Contudo, também aponta a IC, que

> [...] eles ainda não desistiram de suas crenças nos reformistas. Camadas significantes ainda apoiam partidos da Segunda Internacional e da Internacional de Amsterdam. Estas massas trabalhadoras não formulam seus planos e demandas com precisão, mas de forma geral seu novo estado de ânimo pode ser remetido ao desejo de estabelecer uma frente única (Internacional Comunista, 1977, p. 192).

Um dos desdobramentos da tática da frente única se expressou na organização das lutas nos países coloniais e semicoloniais, que, diferente da Europa, não tinham uma grande trajetória de movimento operário. O tema dos países dominados pelo imperialismo ganhou maiores proporções diante do avanço das lutas e das organizações fora da Europa. Com isso, a IC tentava construir

> [...] uma alternativa para superar o isolamento da Rússia Soviética, com o refluxo dos movimentos revolucionários na Europa, por meio dos movimentos emancipacionistas dos Países do Oriente, que potencialmente poderiam vir a se constituir em um elemento fundamental para romper o cerco em que a revolução no Ocidente estava mergulhada (Mazzeo, 2008, p. 92).

O tema foi discutido no II Congresso da IC, realizado em 1920. Participaram desse congresso, "pela primeira vez, delegados que representam as organizações comunistas que começam a criar-se nas colônias e semicolônias" (Claudín, 1985, p. 218). O debate dialogava com as contribuições teóricas de Lenin, o qual

> [...] argumentava que para as massas oprimidas não haveriam condições de combater a exploração sem, ao mesmo tempo, combater a cadeia imperialista mundial, isto é, as lutas de libertação nacional para serem vitoriosos teriam de ser, ao mesmo tempo, anti-imperialistas, de caráter proletário e socialista (Mazzeo, 2008, p. 92-93).

Em setembro de 1920, a IC realizou o primeiro congresso dos povos do Oriente, também chamado de Congresso de Baku, realizado no Azerbaijão, reunindo 1.891 delegados de diferentes regiões da Ásia. O congresso significou "o começo de um longo desenvolvimento, de uma guinada na história do Oriente, em particular, e de um movimento de nacionalidade que se apoiava historicamente na revolução russa" (Broué, 2007, p. 228). O documento final do congresso defendeu a extinção da "divisão dos países em avançados e atrasados, dependentes e independentes, metrópoles e colônias" e "de todas as formas de opressão de um povo

pelo outro, e todas as formas de exploração do homem pelo homem" (Pearce, 1977, p. 172). O documento, considerando a situação colonial ainda vigente na época, está bastante voltando no combate "contra o opressor secular de todos os Povos do Oriente - contra a Grã-Bretanha imperialista" (Pearce, 1977, p. 172).

O congresso teve desdobramentos nos anos seguintes, como a realização de um novo congresso. Primeiro foi realizada uma reunião preliminar em Irkutsk, no final de 1921. Depois, em 21 de janeiro de 1922, tece início o congresso propriamente, em Moscou, no qual "o grosso dos delegados são chineses (42), japoneses (14) e os coreanos (52). Mas há também mongóis, javaneses, filipinos, em menor número é verdade" (Broué, 2007, p. 358).

Esses encontros tiveram como pano de fundo o processo de organização dos comunistas nesses países. Em 1920, foram fundados partidos comunistas na Palestina, no Irã e na Turquia. Entre 1920 e 1922, processos de luta e de organizações dos trabalhadores se desdobravam na África, em especial no Egito, na Argélia, na Tunísia, além de outras regiões da Ásia, como Iraque e Índia. Esse processo se deu a partir de uma política consciente da IC. No que se refere à África, "os contatos foram buscados essencialmente nas metrópoles dos impérios coloniais, particularmente em Londres e em Paris, onde se encontram depois da guerra estudantes e trabalhadores originários das colônias" (Broué, 2007, p. 361). No que se refere à Ásia, a IC se encontrava "num terreno novo, virgem de toda tradição social-democrata certamente, mas também de toda tradição propriamente operária" (Broué, 2007, p. 362).

Por conta do avanço da dinâmica de lutas, a China acabou ganhando maior atenção por parte da IC. O país passava por intensas agitações desde o processo conhecido como Revolução Xinhai ou Revolução Hsinhai, entre outubro de 1911 e fevereiro de 1912. Esse processo levou à derrubada da dinastia Qing e ao estabelecimento da República da China. Naquele contexto,

> [...] a China foi sacudida pela Revolução de Outubro, enquanto revolução e despertar nacional. Ela vivia, havia muitos anos, logo depois de sua primeira revolução, um extraordinário movimento intelectual e cultural em que se exprimiam as profundas aspirações a uma sociedade democrática e livre rompendo com a China rotineira e subserviente que se acreditava o "Império do Meio" e que alguns clamavam ainda a grandeza e a superioridade (Broué, 2007, p. 345).

Em 1918, ainda que de forma bastante incipiente, começaram as primeiras ações no sentido de organização dos comunistas na China. O congresso da fundação do Partido Comunista Chinês foi realizado em julho de 1921, com 13 delegados, representando cerca de 70 militantes. O PCCh se torno um dos mais importantes partidos comunistas da região, ainda na década de 1920.

Em 1921, no quarto Congresso da IC foi aprovada a resolução conhecida como "Teses gerais sobre a questão

do Oriente". O documento partia do entendimento de que havia o "enfraquecimento da influência do capitalismo sobre as colônias" e "a rivalidade crescente dos diversos grupos imperialistas", teriam facilitado "o desenvolvimento do capitalismo nativo nos países coloniais e semicoloniais" (Internacional Comunista, 1977, p. 224). Diante disso, entende que "a reivindicação de uma autonomia nacional e econômica levantada pelo movimento nacionalista colonial é a expressão da necessidade de um desenvolvimento burguês sentido por estes países" (Internacional Comunista, 1977, p. 224). Observa-se, ademais, que, "nestes países, o capitalismo surgiu e desenvolveu-se sobre uma base feudal, tomou formas incompletas, transitórias e bastardas, que deixam a preponderância, especialmente, ao capital comercial e usurário" (Internacional Comunista, 1977, p. 225).

O documento, partindo da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, derruba a ideia de pensar a revolução em termos meramente nacionais, como posteriormente veio a propor o stalinismo. Destaca-se, dessa forma, retomando uma das bases da teoria da revolução permanente, a incapacidade de a burguesia encabeçar um processo de transformação social, se limitando à defesa de seus próprios interesses materiais. Em seu documento, afirma a IC: "as classes dirigentes destes países coloniais e semicoloniais não têm nem a capacidade nem o desejo de dirigir a luta contra o imperialismo, à medida que esta luta se transforma em um movimento revolucionário de massas" (Internacional Comunista, 1977, p. 225).

O tema das direções desses processos também é discutido a partir das particularidades oriundas dos diferentes processos econômicos e históricos de cada país. Segundo a IC, isso

> [...] manifesta-se na diversidade de movimentos nacionalistas revolucionários dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais, feudal-patriarcais e o capitalismo. Esta diversidade confere um aspecto particular à ideologia destes movimentos (Internacional Comunista, 1977, p. 224).

Contudo, apesar dessa diversidade, segundo a IC, os comunistas deveriam participar ativamente desses movimentos, ainda que mantendo sua independência política. No documento, afirma-se que a IC

> [...] não perde de vista que somente uma linha revolucionária consequente baseada na participação das grandes massas, na luta ativa e na ruptura sem reserva com todos os partidos da colaboração com o imperialismo, pode levar as massas oprimidas à vitória (Internacional Comunista, 1977, p. 226).

Nesse sentido, de um ponto de vista estratégico, aponta que a luta nesses países não pode estar presa aos limites da perspectiva burguesa:

> As tarefas objetivas da revolução colonial superam o marco da democracia burguesa. Com efeito, sua vitória decisiva é incompatível com o domínio do imperialismo mundial. De início, a burguesia nativa e os intelectuais nativos assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais, mas a partir do momento em que as massas proletárias e camponesas incorporam-se a tais movimentos, os elementos da grande burguesia e da burguesia latifundiária se apartam, deixando a iniciativa aos interesses sociais das camadas inferiores, do povo (Internacional Comunista, 1977, p. 229).

Como desdobramento dessa política, defende-se a ideia de uma frente única anti-imperialista, esclarecendo assim:

> O oportuno desta consigna está condicionado pela perspectiva de uma luta a longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias. Esta luta é tão mais necessária devido às classes dirigentes nativas serem propensas a comprometerem-se com o capital estrangeiro, e seus compromissos atacarem os interesses primordiais das massas populares (Internacional Comunista, 1977, p. 231).

Os trabalhadores não poderiam ter ilusões na direção burguesa, ainda que fosse preciso ações táticas no processo revolucionário. Segundo a IC, a consigna da frente única anti-imperialista "contribuirá também para desmascarar as dúvidas e incertezas dos diversos grupos do nacionalismo burguês" (Internacional Comunista, 1977, p. 231). Os comunistas, dessa forma, deveriam mobilizar e organizar o movimento operário no sentido de "conquistar uma posição como fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum" (Internacional Comunista, 1977, p. 231-232).

Depois do fim da Segunda Guerra, as lutas pela independência ganharam força nos países coloniais e semicoloniais. Constituiu-se um momento de afirmação do nacionalismo dos povos oprimidos, fortalecendo a solidariedade internacional entre essas nações. Nesse processo, observa-se que

> [...] os abalos políticos de pós-guerra e a onda nacionalista não se limitaram ao Orient Médio e à Ásia Central. África do Norte foi outro grande palco da emergência nacional árabe nesse período. Seu marco político foi condicionado pelo desfecho e pelos desdobramentos da guerra mundial: por trás da fachada da vitória comum dos aliados contra o nazismo, em todo o mundo árabe-islâmico os elementos da "guerra fria" começaram a se desenhar já no decorrer da própria guerra (Coggiola, 2018, p. 244).

Essa mobilização ganhou contornos políticos internacionais. Realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, reuniu um conjunto de 29 nações asiáticas e africanas recém-independentes ou em processo de descolonização. O grupo reunido em Bandung incluía países com governos nacionalistas, como Egito, e dissidentes do bloco soviético, como a China. Essa diferença entre os países presentes se mostra também no fato de o

Japão, um país capitalista industrializado, ter participado da conferência. Os países participantes entendiam "que a base de sua política mútua seria a rejeição do colonialismo e do imperialismo" (Okoth, 2025, p. 27). Sua perspectiva estratégica passava pela cooperação entre os países com passado colonial e pela defesa de sua autonomia econômica e política.

Contudo, essas ideias se mostram limitadas e, até mesmo, conciliadoras à dominação imperialista. Os governos nacionalistas, ainda que tenham realizado políticas de estatização ou de investimento em infraestrutura interna, promovendo também uma colaboração mútua, não foram capazes de romper nem a lógica imperialista nem os limites da coexistência pacífica defendida pelo stalinismo. Diante da estagnação dos processos políticos nesses países, em meio à crise econômica em âmbito mundial "as burguesias nacionais, que haviam liderado a libertação nacional, foram cooptadas, depostas ou assassinadas" (Okoth, 2025, p. 32).

Evidencia-se a correção da interpretação acerca desses processos por parte da IC, ainda na década de 1920. O desenvolvimento econômico de qualquer país está atrelado aos interesses do imperialismo. Um país dominado pode fazer parte da cadeia produtiva em âmbito internacional, mas não dominar plenamente a tecnologia empregada e muito menos será o centro da produção internacional, papel reservado aos países imperialistas.

Embora o imperialismo tenha novos elementos, substituindo a exploração colonial dos Estados por formas de domínio do capital financeiro, a compreensão expressa pela IC sobre o capitalismo e a dominação econômica continuam atuais. Seguem vigentes também as tarefas dos trabalhadores e seu processo de organização tanto dentro de cada país como em âmbito internacional.

Referências

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2007, t. 1.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Global, 1985, v. 1.

COGGIOLA, Osvaldo. **Breve história dos países árabes e islâmicos**. São Paulo: Livraria de Física, 2018.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los Cuatro Primeros Congresos de la Internacional Comunista**. 2ª ed. México: Pasado y Presente, 1977, v. 2.

MAZZEO, Antonio Carlos. Lenin e a Internacional Comunista na questão do Oriente. *In*: DEL ROIO, Marcos (org.). **Marxismo e Oriente**: quando as periferias tornam-se centros. Marília: Oficina Universitária, 2008.

OKOTH, Kevin Ochieng. **África Vermelha**. São Paulo: Boitempo, 2025.

PEARCE, Brian (ed.). **Congress of the Peoples of the East**: Baku, September 1920 (stenographic report). London: New Park, 1977.

Sobre o autor

Michel Goulart da Silva é Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3281-3124.